

DIRETORIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL IFFLUMINENSE - REITORIA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Simone Vasconcelos Silva, D.Sc.

Carlos Artur Arêas, M.Sc.

Campos dos Goytacazes-RJ

2012

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. OBJETIVO E IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	4
3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	4
3.1. Avaliação Institucional no IF Fluminense.....	10
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	13
REFERÊNCIAS.....	14

1. INTRODUÇÃO

Meyer (1993) conceitua a avaliação como um instrumento de gestão que tem por objetivo medir os esforços da organização, sua qualidade, excelência, utilidade e relevância. Para Voos (2004) a Avaliação Institucional é uma atividade organizadora, sistemática, e orientadora da reflexão das ações de uma instituição de ensino, como também, uma opção política de (re)significação e (re)conceitualização de suas práticas.

Para Dias Sobrinho (2005), a Avaliação Institucional é tratada a partir de duas concepções de educação: educação como um bem público; educação segundo lógica de economia de mercado. Na primeira não se busca uma simples análise quantitativa de dados, mas também uma análise crítica que agrega a análise qualitativa relacionada à discussão. Para a segunda, há mais comparação entre instituições e ênfase nos objetivos por produtividade, eficiência e controle legal.

De acordo com o INEP (2013), a Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades:

- Autoavaliação – Realizada internamente nas instituições;
- Avaliação externa – Realizada por comissões designadas pelo Inep.

A autoavaliação do IFFluminense, a partir de 2012, passou por um processo de reformulação, de acordo com a lei 10.861 (que instituiu o SINAES), onde a metodologia utilizada para autoavaliação, dos cursos regulares nos níveis médio, técnico e graduação, foi dividida nas seguintes ações:

- Autoavaliação - Geral dos Cursos Regulares: esta avaliação envolve todos os Cursos, Infraestrutura e Serviços. Estas três dimensões são avaliadas por discentes e servidores (docentes e técnico administrativos) dos instituto e ocorre anualmente. Esta avaliação é realizada pela Diretoria de Avaliação Institucional do IFFluminense, pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) e pelas CLA's (Comissões Locais de Avaliação);
- Autoavaliação - Disciplinas por Curso Regular: esta avaliação é referente aos docentes por disciplina e os respondentes são os discentes. A avaliação ocorre em relação ao último período/ano cursado. Esta avaliação é realizada pela Diretoria de Avaliação Institucional do IFFluminense.

A continuação deste trabalho possui sua estrutura dividida nas seguintes seções: Segunda Seção – aborda o objetivo e a importância da Avaliação Institucional; Terceira Seção – apresenta

conceitos sobre Avaliação Institucional na visão de diversos autores e de diversas leis nacionais, assim como apresenta a Avaliação Institucional no IF Fluminense; e a Quarta Seção apresenta as considerações finais.

2. OBJETIVO E IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional tem como objetivos:

- Contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão;
- Garantir espaço à crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para a tomada de decisão;
- Redirecionamento das ações;
- Otimização dos processos, etc.

A importância da Avaliação Institucional é percebida tanto pela comunidade interna como externa, da seguinte forma:

- Para os alunos: no que se refere à melhoria da qualidade de ensino, da infraestrutura e dos serviços prestados;
- Para os servidores: na melhoria da qualidade do ambiente de trabalho, dos planos de capacitação e alocação das atividades;
- Para a sociedade: na melhoria dos serviços prestados pela instituição, na melhor adequação dos cursos oferecidos ao setor produtivo da região, na participação da instituição no desenvolvimento regional, no aumento da qualidade da educação na região, na melhoria na oferta de cursos e formação profissional qualificada;
- Para a Instituição: na geração de indicadores necessários para nortear o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) e o planejamento estratégico, na melhoria da qualidade dos serviços prestados à comunidade interna e externa.

3. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Avaliação Institucional se relaciona diretamente com a identidade organizacional da instituição. É necessária a elaboração de práticas avaliativas que superem as utilizadas para ranqueamento ou divisão de recursos, apoiadas em dados de estrutura, funcionalidade, ou avaliação educacional, e até mesmo, que ultrapassem a racionalidade instrumental de elementos como

absorção de alunos pelo mercado de trabalho, integração ao desenvolvimento regional e local, e acompanhamento de egressos. Desta forma, a Avaliação Institucional auxilia na explicitação de elementos da cultura, na construção de imagens e na própria dinâmica da identidade.

Para Goergen (2000) a ampliação das teorias e práticas avaliativas se insere no contexto da crise da modernidade como um elemento de reflexão que ultrapassa a verificação de desempenho e passa a abranger questões mais fundamentais da própria identidade das instituições de ensino, ao se reconhecer que os fins e objetivos da instituição devem ser estabelecidos a partir de uma dialógica social, e não, em decorrência de um compromisso abstrato e alienado com uma racionalidade indiferente à inserção social. A Avaliação Institucional não deve limitar-se a medir a eficiência ou eficácia relativa às tradicionais funções de pesquisar, ensinar e prestar serviços, mas deve sim, incorporar questões relativas à existência e identidade das instituições.

Um modelo de Avaliação Institucional auxilia na construção do papel político e científico da educação, especialmente relevante no atual período de transformações sociais e políticas do país. Para Belloni (2000), há de se diferenciar a Avaliação Educacional da Avaliação Institucional, pois enquanto a primeira incide sobre aprendizagem, desempenho escolar e currículos, a segunda se refere a políticas e instituições, devendo buscar a compreensão da realidade, voltar-se para o processo decisório e produzir respostas a questionamentos, atuando de forma a promover o autoconhecimento e a reflexão, a fim de orientar a tomada de decisão e a disponibilização de informações à própria instituição, ao sistema e à sociedade, orientando políticas, prioridades e alocação de recursos.

Coelho (2000) afirma que a Avaliação Institucional é essencial para que as instituições se autoconheçam, com rigor e radicalismo, para saberem o que, e como estão fazendo e o que isto representa para a sociedade. Trata-se, portanto, de um instrumento para elucidar e auxiliar na superação de suas distorções, seus equívocos e deficiências, ao mesmo tempo em que incentiva e consolida os acertos e subsidia decisões de política institucional.

A Avaliação Institucional deve referir-se aos processos e não somente aos resultados, abrangendo compromissos e comportamentos, discussões teóricas, debates metodológicos, preparo das aulas, efetivação de processos de busca do saber, de ensinar e aprender, a criação de novas práticas acadêmicas e a continuidade dos projetos de pesquisa. Deve direcionar-se para a instituição em relação aos seus fins, meios, funcionamento, limites, projetos, relações internas e externas, possibilidades, processos e produtos.

Dias Sobrinho e Ristoff (2000) afirmam que fazer Avaliação Institucional na instituição pública é pensá-la e recriá-la e, portanto, pensar e recriar seus projetos, a produção acadêmica, o ensino em todos os níveis, os cursos, currículos, pesquisa, extensão, administração universitária, a prestação de serviços, a assistência, e o próprio sentido de “pública”. A avaliação supõe perguntar pelo sentido, pela gênese, pelos pressupostos e implicações, compromissos, limites e possibilidades das realidades, e assumi-las como realidades em contínuo processo de construção e superação de si mesmas.

Ainda na visão dos mesmos autores, a Avaliação Institucional não é uma tarefa para os que têm medo de ir além das aparências e de buscar o sentido da gênese da instituição “pública” de ensino que se tem, nem para os que se acomodam diante dos problemas e das dificuldades, preferindo lamuriar a falta de verbas, descompromissos, problemas internos, crises, sem se comprometer com o pensamento, nem romper com o corporativismo, o individualismo e a partidarização. Pelo contrário, é um processo de superação do existente e de produção do novo, um desafio para quem não tem medo do questionamento e da crítica, de enfrentar os interesses privados que existem na instituição, que se diz pública, nem de fazer história, de se constituir como cidadão, intelectual, ser livre e responsável pelo presente e futuro da instituição e da sociedade.

A Avaliação Institucional, enquanto ideia e prática, surge apenas nos ambientes democráticos, onde todos que a realizarem, internos ou externos, possam fazê-la de forma crítica, radical, rigorosa, isenta, autônoma, ética, socialmente e ambientalmente comprometida, numa perspectiva acadêmica, livre da ingerência de critérios políticos, de controles ideológicos e de toda e qualquer forma de premiação ou castigo pelo resultado da avaliação, mas jamais será neutra, pois estará sempre impregnada de valores, conceitos, métodos e divergências teóricas, ideológicas e políticas.

Para Dias Sobrinho e Ristoff (2000) pensar a Avaliação Institucional requer um modo de refletir como as instituições estão pensando em si mesmas diante das transformações epistêmicas e socioinstitucionais que vêm ocorrendo, de pensá-las e recriá-las, questionar seus sentidos, pressupostos e implicações, compromissos, limites e possibilidades, e trabalhá-las como um processo contínuo de construção e superação de si mesmas, permitindo o direito de inovar e distinguir-se, agindo na elaboração de uma estratégia metodológica que rompa com o isolamento político das instituições de ensino.

As administrações mais bem sucedidas são aquelas que entendem que seu trabalho

fundamental não é tomar decisões, mas criar um entendimento mútuo. A liberdade é a habilidade de agir tanto com confiança quanto com conhecimento da incerteza. Existem inúmeras possibilidades que a Avaliação Institucional propicia como instrumento para formulação de políticas e aprimoramento da gestão.

Peixoto (2009) afirma que a necessidade de aplicação de instrumentos avaliativos que garantam níveis de qualidade ajustados às reivindicações de formação profissional, ao passo que atendam a critérios acadêmicos e científicos reconhecidos, gera duas concepções de avaliação: uma de base quantitativa (ênfatisando a mensuração dos resultados e desempenhos, com o estabelecimento de ranqueamento entre as instituições, voltada para a supervisão do funcionamento institucional) e outra de base mais qualitativa (buscando compreender e atribuir significados aos processos e atividades acadêmicas, além de identificar formas para superar fragilidades e desenvolver potencialidades). O debate e a prática se instalaram divididos entre essas duas perspectivas, tendo como vetores a responsabilidade das instituições na prestação de contas à sociedade e a orientação para o aperfeiçoamento permanente no cumprimento de suas funções. Assim, de um lado há o predomínio do controle de qualidade referenciado pelo desempenho e eficiência do sistema de educação, e de outro, o exercício da avaliação como prática construída coletivamente e orientada para a melhoria institucional.

Para Trigueiro (*apud* Peixoto, 2009), a Avaliação Institucional é o processo que envolve o esforço da instituição em se conhecer e ser conhecida por setores da sociedade, e que, articulada ao planejamento, tem grande potencial para contribuir na gestão estratégica.

De acordo com Carvalho e Vieira (2002), enquanto o velho institucionalismo estuda a legalidade das estruturas e as formas peculiares de gestão, o novo institucionalismo tem o foco em questões como a autonomia relativa das instituições políticas em relação à sociedade, a complexidade dos sistemas políticos existentes, o papel central exercido pela representação e o simbolismo no universo político.

Voos (2004) apresenta aspectos importantes que caracterizam a Avaliação Institucional: o resgate e a organização de dados, informações e saberes; o resgate e a interpretação dos significados das práticas; o incremento da socialização da existência da vida institucional e a validação de sentidos, traduzida na imagem conferida pela marca, pela efetividade do fazer institucional e pela relevância social das ações.

Para Neiva (*apud* Schlickmann, Melo e Alperstedt, 2008), a Avaliação Institucional surge

efeito apenas em médio e longo prazos. Firme (*apud* Schlickmann, Melo e Alperstedt, 2008), afirma que a Avaliação Institucional atua a partir do estabelecimento de uma construção consensual de valor a respeito de algum tema, cuja construção está sujeita à contínua reconstrução, incluindo refinamento, revisão e até substituição.

As duas concepções de Avaliação Institucional sugeridas por Dias Sobrinho (2005), educação como bem público e educação segundo lógica de economia de mercado, variam em quatro critérios: quanto à ideologia, quanto ao objetivo, quanto à participação dos indivíduos na avaliação e quanto à complexidade. A ideologia varia segundo a referência na sociedade ou na economia. Os objetivos alternam da produção do conhecimento, que favorece a população, para a inserção das instituições educativas na busca por competitividade. A participação dos indivíduos pode ser tratada, nas duas concepções, pelo caráter heurístico e qualitativo em que os sujeitos dos processos educacionais são os que têm mais autoridade intelectual e profissional para avaliar as atividades e o resultado das práticas educativas, fornecendo as informações, sendo avaliados, mas principalmente, interferindo na avaliação; ou com o processamento feito sem interferência dos respondentes. A complexidade pode abarcar aspectos subjetivos, heurísticos, reflexivos, interpretativos e valorativos, ou ser essencialmente objetivista, focada em instrumentos de medição, quantificação dos produtos, verificação de resultados e elaboração de escalas de hierarquização.

Segundo Ristoff (1999) o PAIUB (Programa de Avaliação das Universidades Brasileiras) concebe a autoavaliação como etapa inicial de um processo que, após iniciado, se ampliaria a toda a instituição e se completaria pela avaliação externa, baseada nos seguintes princípios norteadores:

- Globalidade, no sentido de avaliar toda a instituição e não a partir de uma de suas atividades;
- Comparabilidade, não no sentido de promover ranqueamento, mas na busca de uma linguagem comum dentro das instituições e entre estas;
- Respeito à identidade institucional, levando em conta as peculiaridades, as características próprias e o contexto no qual estão inseridas as instituições;
- Não premiação ou punição. O processo deve ser utilizado para auxiliar na identificação e na formulação de políticas, ações e medidas institucionais que impliquem atendimento específico ou subsídios adicionais para o aperfeiçoamento de insuficiências encontradas;
- Adesão voluntária, na ideia de vencer convencendo e não impondo;

- Legitimidade, ou seja, adoção de metodologias e construção de indicadores capazes de conferir significado às informações que devem ser fidedignas e que não devem estar limitadas à apresentação de dados quantitativos, mas que tragam dados qualitativos de natureza interpretativa;
- Continuidade, entendida como possibilidade de comparabilidade dos dados de um determinado momento a outro, revelando o grau de eficácia das medidas adotadas a partir dos resultados obtidos.

Segundo Sordi e Ludke (2009) sem a avaliação, fica-se desprovido de evidências que permitam monitorar e interferir precocemente nas condições que prejudicam ou potencializam a obtenção dos objetivos pretendidos. O discurso da avaliação perde potência quando os sujeitos da relação não conhecem a natureza multifacetada deste fenômeno e tendem a valorizar resultados obtidos em circunstâncias pontuais, desconsiderando os processos em que se ancoram. A avaliação é uma estratégia organizadora dos múltiplos olhares e ações sobre a realidade, na perspectiva de produzir melhorias, devendo haver sempre o cuidado para não consolidar uma feição avaliativa que mais afasta que aproxima, mais pune que ensina, mais ameaça que acolhe, mais conclui que contextualiza, mais rotula que explica.

Na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), pode-se destacar a Avaliação Institucional, em duas etapas, autoavaliação e avaliação externa. Sequencialmente, há a regulação do funcionamento das CPA's (Comissões Próprias de Avaliação) e a apresentação de metodologias e instrumentos para realizar a avaliação e os relatórios dela resultantes (BRASIL, 2004).

No histórico do processo de avaliação nas instituições de ensino destaca-se a Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, que traz a avaliação centrada na dimensão do ensino, focalizando: produtividade, eficiência, prestação de contas e controle do desempenho frente a um padrão estabelecido (BRASIL, 1995). Desta forma, reduzindo a avaliação à verificação de cursos e instituições, desenvolvida sem articulação com processos institucionais internos. Em contrapartida, a Lei nº 10.861, configura-se como um ponto de inflexão na política de avaliação das instituições, a partir da proposição de um sistema que articula a regulação e a avaliação educativa, esta última mais formativa e voltada para a atribuição de juízo de valor e mérito, tendo em vista o incremento da qualidade e as capacidades de emancipação. Nessa perspectiva, a Avaliação Institucional não seria um fim em si mesma, mas parte de um conjunto de políticas públicas de educação voltadas

para a expansão do sistema, por meio de democratização do acesso e para processo de revalorização da educação que integra um projeto de desenvolvimento de nação.

O CONAES/INEP/MEC (2004) afirma que o sistema busca incorporar aos processos avaliativos todos os agentes, todas as dimensões e instâncias das instituições, respeitados os papéis específicos dos participantes, a identidade e a missão de cada uma delas. Porém, os resultados da aplicação da lei ainda precisam ser objeto de análise profunda. Conforme legislação do SINAES, as instituições devem constituir CPAs, e a composição dessas comissões deve contemplar todos os segmentos da comunidade acadêmica, bem como membros da sociedade civil organizada, deixando a critério dos órgãos colegiados superiores a definição do modo de organização, número de membros e dinâmica de funcionamento, tendo em vista as características da instituição, seu porte e a existência de experiências anteriores. A legislação elucida, ainda, que a CPA deve ser reconhecida como órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição.

Para a CONAES (Comissão Nacional da Avaliação da Educação Superior) a Avaliação Institucional é aquela que visa a instituição como uma totalidade integrada, buscando identificar o grau de coerência que há entre sua missão e as políticas institucionais efetivamente realizadas. A ênfase na autoavaliação tem por objetivo gerar nos membros da comunidade acadêmica a autoconsciência de sua qualidade, seus problemas e desafios, por meio de mecanismos institucionalizados e participativos de realização. Por isso, o CONAES entende que ela deve ser realizada como um processo cíclico, criativo e renovador de análise e síntese das dimensões da instituição, permitindo reanálise das prioridades estabelecidas no projeto político institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas. Ao se tornar uma atividade permanente, a Avaliação Institucional pode ser instrumento de construção e consolidação de uma cultura de avaliação, com a qual as comunidades internas se identifiquem e se comprometam.

3.1. Avaliação Institucional no IF Fluminense

Embora a literatura frequentemente trate da Avaliação Institucional apenas no ambiente da universidade, tal tema adequa-se bem aos Institutos Federais, até com mais facilidade. A articulação local e a urgência em parte dos resultados da educação profissional são elementos que favorecem a avaliação e análise das finalidades dos Institutos Federais. A criação de um modelo de Avaliação Institucional para a rede de Institutos Federais é facilitada pela comunicação constante entre as instituições que a compõe e a própria proximidade das identidades organizacionais.

A Avaliação Institucional no IF Fluminense tem como um dos seus objetivos, subsidiar as medidas necessárias à superação das deficiências constatadas, ao fortalecimento das qualidades e definição e exercício das finalidades do Instituto.

A Avaliação Institucional é construída a partir da seleção, medição e análise de variáveis e indicadores relacionados ao desempenho e finalidades do IF Fluminense. Tais variáveis são estabelecidas por sua relação com a gestão e articulação com políticas afirmativas com objetivo de orientar as metas da instituição.

A Avaliação Institucional subsidiará a construção do Planejamento Estratégico dos *campi* e do IF Fluminense, aliada à discussão da identidade institucional dos mesmos a fim de definir um programa de desenvolvimento multidimensional, com vistas ao atendimento das prioridades de desenvolvimento do instituto. Por ser multidimensional e abordar, simultaneamente, todos os campos necessários relacionados à gestão, serve de base para o Planejamento Estratégico, suas ações, programas e projetos. Tais ações podem ser orientadas a grandes metas e questões, como a missão e a visão, além da própria organização do trabalho, ou a particularizações e detalhamento de objetivos de setores.

A identidade e planejamento devem compreender tamanho dos *campi*, número de cursos, número de alunos, modalidade dos cursos, recursos humanos e materiais, dimensões e prioridades do ensino-pesquisa-extensão, dimensão da cultura e do esporte, articulação com educação básica, articulações e parcerias externas necessárias ou desejáveis; considerando questões como territorialidade e sustentabilidade.

A Avaliação Institucional proposta e sua articulação com o planejamento e construção da identidade do IF Fluminense e de seus *campi*, tem por base os seguintes princípios:

- Configura-se como um modelo de recomposição em que a referência principal são os *campi*, suas diferenças e as interações, não se constituindo, portanto, em mecanismo de construção de modelos, soluções e padrões gerais a serem irradiados, nem orientada a ranqueamento ou comparações entre o IF Fluminense e outros Institutos Federais, ou entre os *campi*;
- Assume componentes da ética freiriana, pois se constrói pela própria experiência de vida e conhecimento, orientada pelo bem comum e pelas possibilidades de criação decorrentes do diálogo, ainda que se fale de uma instituição e não de indivíduos;
- A Avaliação Institucional é articulada ao planejamento e este às ações afirmativas pretendidas para aproximar a instituição do desejo de seus membros e da sociedade, não se

constituindo em mero instrumento de diagnóstico;

- Apresenta foco de ação na gestão de pessoas, pois somente a ação dos indivíduos pode produzir a reforma pretendida;
- Relaciona-se com a identidade organizacional e seus conceitos, incluindo a identificação das características desta, pelo que é central, distintivo e duradouro;
- É um processo reformista que atinge o pensamento e o modelo de gestão e deve atuar a partir dos conceitos de complexo e de contexto;
- Destina-se a conferir maior autonomia aos *campi*, orientando ações reguladoras, que ao permitirem maior autocontrole facilitam as decisões locais e suas implementações;
- É incremental, contínua e progressiva. As sucessivas aproximações permitem o refinamento e elucidação da identidade pretendida. Muitas das variáveis tratadas, qualitativas, só adquirem sentido em um processo sequencial, por isso o primeiro ciclo de avaliação coincidirá com o período de gestão e se referenciará pelo marco base inicial;
- Deve ser capaz de fazer inferências, de tratar também do futuro e de proporcionar a criação de metas, regras e estratégias;
- Concebe a instituição de forma não insular, desgarrada da realidade e da sociedade, devendo servir de aproximação do IF Fluminense com a sociedade;
- Configura-se a partir das dimensões e variáveis escolhidas e busca a construção de indicadores e índices compostos, que propiciem avaliação de significados e debates de suas percepções e mudanças necessárias, assim como a determinação de metas.

A avaliação proposta baseia-se, também, em três premissas de atuação: a Reitoria deve confiar em sua comunidade e nos mecanismos de democratização implementados, portanto, confere a ela papel central nas decisões e caminhos a serem seguidos; a Reitoria deve ser capaz de mobilizar a comunidade interna para atuar de forma conjunta na transformação de território; a Reitoria deve ser o agente proponente da construção da nova institucionalidade, ainda tão pouco definida e compartilhada.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração da Avaliação Institucional ao Planejamento Estratégico deve servir como elemento de autonomia aos *campi*, a partir do debate e decisões internas. Além disso, a avaliação funciona como elemento integrador entre os *campi*, pois toda discussão levará em consideração as relações, interferências e cooperação para que estes atuem juntos no território do IF Fluminense, e não apenas em seus municípios.

Destaca-se, também, a orientação para as regulações necessárias para cooperação e autonomia, que, ao determinar requisitos de ação, agem mais como elemento de libertação que de restrição, permitindo aos *campi* a formulação de suas políticas baseadas em regras que se ajustam ao autoconceito de qualidade e aos princípios éticos estabelecidos.

Os resultados, a partir da ação contínua da avaliação, são um auxílio na identificação e construção da identidade organizacional, pois enquanto a Avaliação Institucional é uma leitura e o planejamento um mecanismo para se atingirem as metas estabelecidas, a identidade, ainda que temporária, é mais estável e reflete um desejo e uma visão de transformação da realidade.

A Avaliação Institucional do IF Fluminense parte da seleção das dimensões e variáveis que orientarão indicadores e índices; e define a sua realização por meio de pesquisa documental e questionários. O Planejamento Estratégico estabelecerá metas, objetivos, ações e programas, baseados na Avaliação Institucional. Um *software* de gestão, Sistema de Gestão dos Institutos, permitirá o acompanhamento de tais ações e programas. A Avaliação Institucional se repetirá, ciclicamente, verificando alterações, progressão dos indicadores e o sucesso das ações e programas.

Um amplo processo de autoavaliação, um ambiente de construção coletiva, amparada na autonomia, transparência e integração com a sociedade, constituem, assim, o modelo e a partida para o IF Fluminense desejado.

Cabe aos gestores estabelecer políticas de trabalho que promovam um processo de sistemática reflexão e tomada de decisão com vistas à efetividade social do funcionamento, ao cumprimento da missão científica e social. A avaliação da instituição, de seu funcionamento e qualidade, traduz-se em um processo de autoconhecimento e reconstrução institucional orientado para a mediação com a realidade social. Tal mediação não se limita a ajustar vocações e escolhas profissionais das pessoas às demandas do mundo do trabalho. Há muitas outras mediações relacionadas ao mundo do trabalho, às inovações tecnológicas, aos modelos de economia, à irradiação da cultura e às tecnologias sociais a serem exercidas.

O espaço no cenário educacional para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é caracterizado pela priorização nos setores de tecnologia e pela abrangência de todos os níveis/modalidades de ensino, o que pode configurar um diferencial nas políticas educacionais e até na construção de currículos e cursos, aliados à recomposição local, ou seja, à sintonia com a região na qual cada unidade está inserida. Tal natureza requer análise específica de suas identidades e planejamento estratégico.

REFERÊNCIAS

- BELLONI, I. Universidade e o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. In: **Avaliação**. Campinas, SP, v.1, nº 2, p.6-14, dez, 2000.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES dá outras providências. Diário Oficial da República Federal do Brasil, Brasília, DF, 2004.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.131**, de 24 de novembro de 1995. Institui a avaliação centrada na dimensão do ensino. Diário Oficial da República Federal do Brasil, Brasília, DF, 1995.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F. **Contribuições da perspectiva institucional para a análise das organizações: possibilidades teóricas, empíricas e de aplicação**. **Organização & Trabalho**, Lisboa, n. 28, 2002.
- COÊLHO, I. M. **Avaliação institucional na universidade pública**. In: SOBRINHO, J. D. e RISTOFF, D. I., (org.) – **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.
- CONAES/INEP/MEC. **SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior)– Orientações para Roteiro da Autoavaliação das Instituições**. Brasília, 2004. Disponível em http://download.inep.gov.br/download/sinaes/orientacoes_sinaes.pdf
- DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação como instrumento da formação cidadã e do desenvolvimento da sociedade democrática: por uma éticoepistemologia da avaliação**. In: RISTOFF, D. I. (ORG). **Avaliação Participativa: perspectivas e debates**. Brasília: INEP, 2005.
- DIAS SOBRINHO, J. e RISTOFF, D. I. **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

GOERGEN, P. **A avaliação universitária na perspectiva da pós-modernidade.** In: SOBRINHO, J. D. e RISTOFF, D. I., (orgs.) – Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência. Florianópolis: Insular, 2000.

INEP. **Site oficial do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais).** 2013. Disponível em http://portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional. Acessado em maio de 2013.

MEYER, V. **A busca da qualidade nas instituições universitárias.** Enfoque, Rio de Janeiro, v. 4, n. 10, 1993.

PEIXOTO, M. C. L. A avaliação institucional nas universidades federais e as comissões próprias de avaliação. In: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)** – vol. 14, nº 1, Sorocaba, 2009.

RISTOFF, D. I. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior.** Florianópolis: Insular, 1999.

SCHLICKMANN, R.; MELO, P. A.; ALPERSTEDT, G.D. Enfoques da teoria institucional nos modelos de avaliação institucional brasileiros. In: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)** – vol. 13, no 1, Sorocaba, 2008.

SORDI, M. R. L.; LUDKE, M. Da avaliação da aprendizagem à avaliação institucional: aprendizagens necessárias. In: **Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)** – vol. 14, no 2, Sorocaba, 2009.

VOOS, J. B. A. **O processo de avaliação institucional e a adaptação estratégica na Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE.** 2004. 216f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.